

# TERRITÓRIOS

O JORNAL DO MÉDIO RIO DOCE

Controle Social  
e Papel da ATI

Reunião de Controle Social em Aimorés. Foto: Thiago Matos.



Reunião de Controle Social em Conselheiro Pena. Foto: Thiago Matos.



A busca pela  
garantia de  
participação  
informada  
no processo  
de reparação  
(pág. 4)

Reunião de Controle Social em Ipatinga. Foto: Luciano Alvim.



## BALANÇO DE ATIVIDADES

Aedas promove  
controle social junto às  
comunidades atingidas

Comissões Locais  
Territoriais atuantes nas  
esferas de governança (pág. 5)

Reunião de Controle Social em Itueta e Resplendor. Foto: Luciano Alvim.



Pareceres  
Comunitários:  
Instrumento de voz  
e reivindicação das  
pessoas atingidas  
(pág. 6)

# Controle Social: o protagonismo é das pessoas atingidas

## sumário

O controle social do processo reparatório acontece quando as pessoas atingidas assumem espaços decisórios ou exercem seu direito de acompanhar, fiscalizar e avaliar os serviços oferecidos em todas as esferas da reparação judicial dos danos sofridos em decorrência do rompimento da barragem de Fundão.

Portanto, o controle social pode ser realizado nas ações de governos (municipais, estaduais e federais), nas ações da Fundação Renova, nas ações das Câmaras Técnicas, do Comitê Interfederativo (CIF) e nas ações da Assessoria Técnica Independente.

Com a certeza de seu protagonismo, as pessoas atingidas podem e devem atuar neste processo de acordo com suas especificidades étnico-raciais, de gênero, sociais e culturais.

- 3 Formação Controle Social
- 4 A busca pela garantia de participação
- 5 Comissões Locais Territoriais
- 6 Pareceres Comunitários
- 8 Acompanhamento Externo
- 9 Ciranda
- 10 A força da Comunicação
- 11 Perguntas e respostas
- 12 Nossos objetivos

Grupo de Atingidos e Atingidas (GAA)  
Foto: Aedas/MedioRioDoce



# Aedas realiza formação em Controle Social e abre diálogo sobre atuação da ATI

A importância da participação e da informação para o pleno desempenho do controle social foi o foco da formação realizada em 29 e 30 de agosto, no Vale do Aço e Leste de Minas, pela Aedas Médio Rio Doce.

Intitulada "Formação sobre Controle Social e o Papel da Assessoria Técnica Independente (ATI) Aedas", a iniciativa teve como objetivo fortalecer o papel das Comissões Locais Territoriais e garantir que as pessoas atingidas acessem as ferramentas para exercerem o controle social em todas os espaços relativos ao processo de reparação.



Reunião de Controle Social em Aimorés. Foto: Thiago Matos.

Rayssa Neves, coordenadora geral do programa Médio Rio Doce da Aedas, destaca que o controle social é uma forma de fiscalização e monitoramento por parte da sociedade civil em questões de interesse público ou coletivo.

“O controle social é fundamental para garantir que as decisões tomadas sejam realmente voltadas para os interesses das pessoas atingidas. É um instrumento de democracia participativa, que dá voz e vez à sociedade na fiscalização das políticas públicas e ações de reparação dos danos causados pelas mineradoras”, afirmou Rayssa.

Ela também ressaltou que o papel da ATI é trabalhar com demandas coletivas, assegurando que as pessoas atingidas tenham participação ativa no processo de reparação e que suas necessidades e prioridades sejam ouvidas. Para isso, é essencial que as Comissões Territoriais compreendam bem seus direitos e saibam como participar dos espaços de controle social, como as reuniões com a Fundação Renova, reuniões e espaços deliberativos do sistema decisório, audiências judiciais, conselhos municipais e processos de negociação que envolvem a reparação de direitos.

## Linha do tempo:



# A busca pela garantia da participação informada do processo de reparação

A participação informada assegura que as pessoas atingidas recebam a devida reparação e possam participar ativamente na reconstrução de suas vidas e comunidades. Por isso, as atividades e ações da Aedas no Médio Rio Doce têm como foco fortalecer a organização social das pessoas atingidas, garantindo que elas possam ter acesso à participação informada e de qualidade.

Com a criação da Política Nacional de Populações Atingidas por Barragens (Lei 14775/23), a importância da participação das comunidades foi reafirmada. A lei, em vigor desde dezembro de 2023, assegura o direito à participação informada com o apoio de um corpo técnico qualificado e independente, considerando a centralidade do sofrimento das vítimas e a participação das pessoas atingidas na definição dos melhores caminhos para sua reparação integral. Durante o ciclo de formação sobre Controle Social e o Papel da ATI Aedas, as Comissões Territoriais tiveram a oportunidade de avaliar o trabalho desenvolvido pela Aedas de fevereiro a agosto de 2024, destacando avanços e desafios enfrentados até o momento. A partir de agora vamos trazer algumas das informações compartilhadas com as Comissões Territoriais da Aedas desenvolvidas nesse semestre.

## Acompanhe os dados

### GRUPO DE ATINGIDOS E ATINGIDAS (GAAs)

**106** Grupos de Atingidos e Atingidas em acompanhamento no semestre (fevereiro a agosto)

**61** GAAs no Vale do Aço

**45** GAAs no Leste de Minas

Mais de **1490** participações nos GAAs no Vale do Aço

Mais de **970** participações nos GAAs do Leste de Minas

Total 2023/2024:

**4220** participações no GAAs

Mais de **250** reuniões de GAAs já realizadas

## Acompanhe os dados

### RODAS DE DIÁLOGO (RDs)

**11** Rodas de Diálogo de Vulnerabilidade com tema água e saúde

**06** RDs no Vale do Aço

**05** RDs no Leste de Minas

Mais de

**60** Rodas de Diálogo realizadas de 2023 até agosto de 2024

o que avançamos!

Antônio Muniz, barranqueiro de Conselheiro Pena, destacou que "somente com a chegada das assessorias técnicas foi possível começar a entender os processos de reparação e ter acesso às informações necessárias para participar de forma ativa do processo de reparação". Ele ressaltou que a participação popular prevista no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) só se tornou viável com o trabalho das Assessorias e cobrou por reuniões mais objetivas e de aprofundamento e acompanhamento "dos mais de 40 programas de reparação".

# Comissões Locais Territoriais atuantes nas esferas de governança

Para incentivar a participação informada e apoiar as pessoas atingidas na organização social dentro do processo de reparação, o fortalecimento das Comissões Locais e Territoriais de atingidos e atingidas é fundamental. Neste semestre e ao longo do trabalho da ATI junto às pessoas atingidas, estão sendo realizadas atividades formativas, mobilizadoras e de acompanhamento junto a esses núcleos.

## Acompanhe os dados

### COMISSÕES LOCAIS MUNICIPAIS E TERRITORIAIS

**27** Reuniões de Comissões Vale do Aço

**21** Reuniões de Comissões Leste de Minas

**135** Reuniões de Comissões realizadas entre os anos de 2023 e 2024.

Mais de

**150** Visitas Familiares e Técnicas aos atingidos assessorados durante o semestre

**81** no Vale do Aço

**73** no Leste de Minas

Além da atuação da ATI junto à instância de Comissões Locais e Territoriais, é importante destacar o trabalho realizado junto aos Povos e Comunidades Territoriais dos territórios assessorados (Vale do Aço, Resplendor, Itueta, Conselho Pena e Aimorés) na promoção de atividades e espaços participativos que levam em consideração as tradições locais, o protagonismo das comunidades atingidas e suas especificidades.

### ATIVIDADES E REUNIÕES COM PCTs

**84** Atividades com os PCTs

**38** Reuniões com PCTs no Vale do Aço

**46** Reuniões com PCTs no Leste de Minas

#### O que avançamos!



Nilson Pereira da Silva, morador de Aimorés, destacou a importância do acompanhamento durante o Encontro da Bacia e as visitas domiciliares. "Isso foi muito importante e merece ser destacado", comentou.

Neli de Fátima Emídio, da comissão territorial do Vale do Aço, moradora de Ipaba, destaca que até as assessorias chegarem nos territórios, nunca tinha ouvido "nem uma carroça de som na rua pra esclarecer o processo". Ela complementa dizendo que "hoje estou aqui falando de uma Ipaba que até então ninguém queria saber", afirma.

#### O que podemos melhorar!



Em Aimorés, Meire Cristina Teodoro Gomes (Mniamá T Puri), liderança indígena, destacou a importância do diálogo contínuo entre a assessoria e as comissões, sugerindo que datas de reuniões e eventos fossem sempre discutidas com as lideranças locais para evitar conflitos de agenda. "Muitas reuniões estão sendo marcadas e ocorrem choques de agenda, com encontros agendados para a mesma data. Antes da prestação de contas, é importante que a data sugerida seja apresentada e dialogada com as comissões territoriais", sugeriu.

# Pareceres Comunitários: Instrumento de voz e reivindicação das pessoas atingidas

Os pareceres comunitários, construídos a partir da participação, organização e autonomia das pessoas atingidas dentro dos espaços participativos organizados pela Aedas, como os GAAs, representam as demandas de quem sofre diretamente os danos causados pela lama de rejeito de minério que percorreu todo o Rio Doce.

Esses pareceres foram elaborados com o apoio do Programa Médio Rio Doce, garantindo aos atingidos e atingidas documentos técnicos acessíveis e com a qualidade necessária para que seja um instrumento de reivindicações junto ao poder público.

Foram iniciados durante o semestre 3 Pareceres de Vulnerabilidade no Vale do Aço e 1 no Leste de Minas, apresentados a seguir:

## Parecer Leste de Minas:

1 Resplendor, Itueta; Conselheiro Pena e Aimorés: Saúde

## Pareceres Vale do Aço:

1 Iapu, Periquito e Ilha do Rio Doce: Assistência Social

2 Iapu, Periquito, Santana do Paraíso, Belo Oriente, Ilha do Rio Doce e Naque: Saúde

3 Santana do Paraíso; Belo Oriente e Naque: Água

Foram produzidos mais de 140 pareceres comunitários, sendo 75 no Leste de Minas e 69 Vale do Aço, apresentados nas tabelas a seguir:

Pareceres de demandas comunitárias - Leste de Minas	
Tema	GAAs Município: Aimorés
Direito à água	GAAs: Baixo / Aimorés (zona rural); Travessão / Aimorés (zona rural); 01 - Laranja Sard, 01 - Roxo Sard e 01 Azul Sard; 01 e 02 - Barra do Manhuaçu; Comunidade Uchô Betháro Puri
Compensação dos danos ao lazer	GAA: Barra do Manhuaçu
Estudo de risco à saúde humana	GAAs: Azul 01; Laranja 01; Roxo 01; 01 e 02 Barra de Manhuaçu
Orçamento Municipal de Saúde e PAS	GAAs: Laranja 01 e Represa 01
EARSH	GAAs: Barra de Manhuaçu 1 e 2; Azul 01 SARD; Laranja 01 SARD; Roxo 01 SARD
Prestação de contas + PAS	GAAs: Represa 01 e Laranja 01 SARD
Tema	GAAs Município: Conselheiro Pena
Cooperativismo	GAAs: Areeiros-Carroceiros
Direito à água	GAAs: 01 e 02 - São Luiz; José Ferreira de Queiroz; Ilheiros e Ribeirinhos; Chacreiros; 02 - Pescadores(as) de fato e 03 - Pescadores de barranco; 01 - Pescadores(as) Profissionais
Estudo de risco à saúde humana	GAAs: Produtores Rurais 01 e 02
Vigilância dos alimentos	GAAs: Produtores Rurais 01 e 02; Chacreiros
EARSH	GAAs: Produtores Rurais 01 e 02
Tema	GAAs Município: Itueta
Direito à água	GAAs: 01 e 02 Quatituba; 01 - Vila Neitzel; 01 - Córrego do Chapéu; 01 - Ocupação; Itueta sede 02 e Itueta sede 01
Estudo de risco à saúde humana	GAAs: Itueta sede 01 e sede 02; Vila Neitzel; Quatituba 02; Ocupação e São Vicente
Vigilância dos alimentos	GAAs: Córrego do Chapéu e Vila Neitzel
EARSH	GAAs: Quatituba 02; Córrego do Chapéu; Ocupação; Itueta sede 01 e sede 02; Vila Neitzel
Tema	GAAs Município: Resplendor
Direito à água	GAAs: Norte de Resplendor; Comunidade Krim Orutu Puri; Assentamento Gilberto de Assis; Assentamento Roseli Nunes; São Sebastião; São Vicente
Estudo de risco à saúde humana	GAAs: Vila Crenaque; Krim Orutu Purí; Â Pukiu; Assentamento Roseli Nunes; Norte de Resplendor
EARSH	GAAs: Assentamento Roseli Nunes; Krim Orotu Purí; Âpukiu; São Vicente; Norte de Resplendor; Vila Crenaque

<b>Pareceres de demandas comunitárias - Vale do Aço</b>	
<b>Tema</b>	<b>GAA's Município: Belo Oriente</b>
Direito à água	GAA's: <b>01 - Nova Esperança/Cachoeira Escura; 02 - Alex Muller/Cachoeira Escura; 01 - Alex Muller/Cachoeira Escura; 01 - Areião/Cachoeira Escura; 01 - Córrego do Café/Cachoeira Escura 01 - Morro do Astrogildo/Cachoeira Escura; 01 e 02 - Centro/Cachoeira Escura; 01 - Bela Vista; 01 - Cachoeira Escura; 02 - Nova esperança/Cachoeira Escura; 01 - Esplanada/Cachoeira Escura; 01 - Codestra/Cachoeira Escura</b>
Estudo de risco à saúde humana	GAA's: <b>02 Alex Muller e 01 Morro do Astrogildo</b>
Saneamento básico Lixo Sólido	GAA: <b>Córrego do Café</b>
Vigilância dos Alimentos	GAA: <b>Córrego do Café</b>
<b>Tema</b>	<b>GAA's Município: Bugre</b>
Direito à água	GAA's: <b>01 São Lourenço</b>
Estudo de risco à saúde humana	GAA: <b>São Lourenço</b>
Saneamento básico Lixo Sólido	GAA: <b>São Lourenço</b>
<b>Tema</b>	<b>GAA's Município: Fernandes Tourinho</b>
Direito à água	GAA's: <b>01, 02 e 03 Senhora da Penha; Sede (Fernandes Tourinho)</b>
Programa Universaliza Minas	GAA: <b>Senhora da Penha 3</b>
Programa 31 (Fundação Renova)	GAA: <b>Senhora da Penha 3</b>
<b>Tema</b>	<b>GAA's Município: Periquito</b>
Direito à água	GAA's: <b>Beira Rio/Pedra Corrida; José Lino Balbino/Pedra Corrida; Toca da Raposa/Pedra Corrida; Gameleira; Bairro Novo/Pedra Corrida; 01 - São Sebastião do Baixio; 02 - São Sebastião do Baixio; Córrego Seco e Santo Fernandes; Francisco Silveira Filho/Pedra Corrida; 01 e 02 - Assentamento Liberdade</b>
Compensação dos danos ao lazer	GAA: <b>Assentamento Liberdade</b>
Estudo de risco à saúde humana	GAA's: <b>Beira Rio; Francisco Silveira Filho; Bairro Novo; São Sebastião do Baixio; Córrego Seco; Santos Fernandes; Toca da Raposa</b>
Orçamento Municipal de Saúde e PAS	GAA's: <b>Gameleira; Assentamento Liberdade 01 e 02; São Sebastião do Baixio 01; Beira Rio</b>
Vigilância dos Alimentos	GAA: <b>Beira Rio</b>
<b>Tema</b>	<b>GAA's Municípios: Naque e Ipaba</b>
Direito à água	GAA's: <b>Dorcelino e José Alvim; Cristal, Angico e Valdemar Cortino; Jubilote e Pedra Bonita; Centro (Naque); Martins; Morro da Caixa D'água (Município: Naque)</b>
Estudo de risco à saúde humana	GAA's: <b>Mangueiras; Martins; Córrego 14 (Município: Naque)</b>
Vigilância dos alimentos	GAA's: <b>Córrego 14 (Município: Naque)</b>
Direito à água	GAA's: <b>01 Baixada Coronel Roberto; Ipaba Centro (Município: Ipaba)</b>
Estudo de risco à saúde humana	GAA's: <b>01 Ipaba Centro (Município: Ipaba)</b>
Orçamento Municipal de Saúde	GAA's: <b>Ipaba Centro (Município: Ipaba)</b>
<b>Tema</b>	<b>GAA's Município: Ipatinga/Ilha do Rio Doce, Iapu, Santana do Paraíso e Sobrália</b>
Direito à água	GAA's: <b>01, 02, 03, 04 Ilha do Rio Doce (Município: Ipatinga/Ilha do Rio Doce)</b>
Direito à água	GAA's: <b>01, 02, 03 e 04 São Sebastião da Barra (Município: Iapu)</b>
Estudo de risco à saúde humana	GAA: <b>02 São Sebastião da Barra (Município: Iapu)</b>
Direito à água	GAA: <b>01 Ipaba do Paraíso (Município: Santana do Paraíso)</b>
Estudo de risco à saúde humana	GAA: <b>Ipaba do Paraíso (Município: Santana do Paraíso)</b>
Direito à água	GAA: <b>01 Plautino Soares (Município: Sobrália)</b>
Estudo de risco à saúde humana	GAA: <b>01 e 02 Plautino Soares (Município: Sobrália)</b>

# Monitoramento e apoio da ATI em atividades de outros atores no processo reparatório



Manifestação em Pedra Corrida/Periquito. Foto: Aedas/Médio Rio Doce.

As atividades de acompanhamento externo são aquelas que não são organizadas diretamente pela assessoria, mas podem ser realizadas por outros atores envolvidos no processo reparatório e que demandam acompanhamento pela ATI para o subsídio de informações à população atingida.

A participação da Aedas geralmente ocorre a pedido dos atingidos e atingidas ou a convite dos próprios atores. Essas atividades dialogam diretamente com objetivos e ações dos projetos.

## Acompanhe os dados

### ACOMPANHAMENTO EXTERNO

**60** acompanhamentos realizados no período, sendo os principais temas:

- Audiências Públicas
- Reuniões e visitas do CIF e FUNAI
- Atos públicos

- Acompanhamento da Visita Técnica dos programas da Fundação Renova

## Registro Familiar (RF)

Através do registro familiar é feito o levantamento de informações com o objetivo de qualificar o perfil e a intensidade dos danos que as pessoas atingidas sofreram, bem como as formas de comprovação desses danos no processo judicial.

## Acompanhe os dados

### REGISTRO FAMILIAR

Total 2023/2024:

Mais de **6200** Atingidos e atingidas registradas no Registro Familiar

Mais de **2030** Núcleos familiares alcançados

**16** Municípios

**158** Comunidades

# Ciranda: O espaço lúdico que fortalece a reparação integral

Espaço acolhedor e de educação popular, as Cirandas organizadas pelas equipes de pedagogia da Aedas são espaços participativos, onde crianças e jovens atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão encontram um lugar lúdico e seguro para aprender e compartilhar suas vivências. Nesses encontros, o brincar assume novos sentidos, tornando-se uma ponte que conecta o presente à construção de um futuro com justiça e reparação.

Ciranda em Ipatinga. Foto: Aedas/Médio Rio Doce.



Ciranda m Itueta. Foto: Aedas/Médio Rio Doce.

## Acompanhe os dados

### CIRANDA

**180** cirandas realizadas em 2023 e 2024

Neste semestre:

**58**

no Vale do Aço

**91**

no Leste de Minas

Além das atividades que fortalecem o senso crítico, as Cirandas também têm um papel fundamental na ampliação do entendimento dos processos de reparação integral, conectando novas gerações às discussões sobre a justiça para as pessoas atingidas e o futuro do Brasil. Ao longo do último ano, mais de 180 cirandas foram realizadas em todo o programa.

Foto: Aedas/Médio Rio Doce.

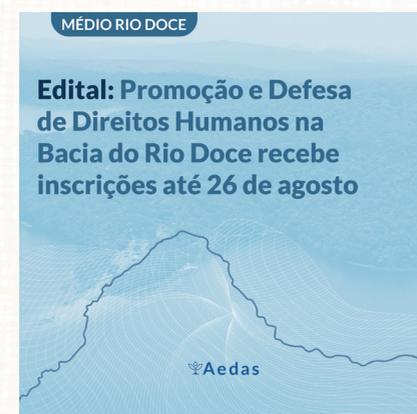
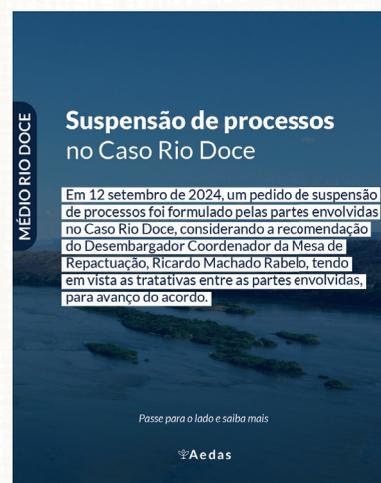
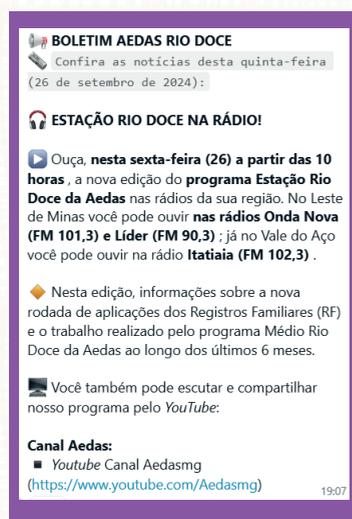


# A força da comunicação na participação das pessoas atingidas

Ferramenta essencial para garantir que as pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão participem de forma qualificada e ativa do processo de reparação, a comunicação possibilita a livre participação informada. Por meio de uma atuação cuidadosa, a equipe de comunicação do programa Médio Rio Doce da Aedas tem buscado construir pontes entre os territórios atingidos e os processos decisórios, assegurando que informações cruciais cheguem a todos de maneira acessível e transparente.

Esse trabalho vai além da simples transmissão de dados. Ele envolve a criação de espaços de escuta e diálogo, onde as pessoas atingidas não apenas recebem informações, mas também são protagonistas, falando sobre suas demandas e se organizando coletivamente.

Com boletins de áudio, programas de rádio, folhetos impressos e utilizando as redes sociais (Instagram, Facebook, YouTube e outros), a equipe de comunicação ajuda a aproximar as pessoas atingidas do processo de reparação.



# Ofícios e produções técnicas: a materialização das demandas das pessoas atingidas

Outros documentos produzidos, tais como, pareceres técnicos, relatórios, estudos e ofícios, visam incidir no processo de reparação integral, e são provenientes das demandas apresentadas pelas comunidades assessoradas pela Aedas, através dos espaços participativos. O acompanhamento e monitoramento das instâncias contribuíram para o entendimento dos limites das ações e programas de reparação em andamento, dos atuais gargalos do sistema de governança e participação, e para o avanço das das relações político institucionais externas.

Produtos Ciclos 05 e 06	Vale do Aço	Leste de Minas	VA/LM	Total
Pareceres Comunitários	66	74		140
Pareceres de Vulnerabilidade	03	01		04
Boletim Processual			24	24
Notas Técnicas	02	07		09
Relatório técnico Ed. Cachoeira Escura	01			01
Ofícios	62	54	22	138



## Acompanhe dúvidas que as pessoas atingidas apresentaram durante as reuniões de prestação de contas do Programa Medio Rio Doce da Aedas.

**Por que a ATI não realiza o custeio da ida das pessoas atingidas às reuniões do CIF e outras agendas?**

A responsabilidade de custeio das pessoas atingidas para participarem de reuniões do Sistema CIF, ou ainda audiências com atores do processo da reparação, é da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso). Entidade esta que foi contratada para gerir o Orçamento Atingidos que tem essa finalidade de custear as despesas de transporte, hospedagem e alimentação das comissões para as agendas da reparação.

**É possível elaborar um plano/programa de trabalho a fim de esclarecer sobre os danos causados no corpo humano (saúde)? Elaborar um informativo para esclarecimentos sobre a contaminação humana?**

Em razão dos diversos relatos colhidos nos espaços participativos, a respeito dos danos à saúde física e mental, a Aedas tem feito produções internas para subsidiar um pedido de contratação de consultoria externa para complementação dos estudos em saúde mental e formas de reparação para esses danos nas comunidades assessoradas. Importante destacar que segundo com o Plano de Trabalho da ATI e os termos do acordo do processo judicial, se faz necessária a aprovação do Juiz do caso para liberação do recurso para a contratação de consultoria externa. Quando tivermos maiores atualizações sobre o tema, compartilharemos com as comissões locais e territoriais

*Reunião da Comissão Local Territorial em Ipatinga.  
Foto: Matheus Santos*



**É possível aumentar o corpo técnico da ATI para ampliar o atendimento nos territórios?**

A Aedas antes de ter seu plano de trabalho aprovado passou por inúmeros cortes no seu corpo técnico, bem como nas equipes que gostaria que existissem. Por exemplo, nós não temos uma equipe que lide especificamente com as questões de moradia e infraestrutura, o que faz com que os técnicos que hoje lidam com 'patrimônio, cultura, esporte, lazer e educação' também tenham que lidar com as questões de moradia e infraestrutura, porém, são apenas 4 técnicos para lidar com as questões de 15 municípios.

A equipe que faz a produção técnico-jurídica dos 15 municípios se resume a 24 técnicos, essa é a mesma equipe que monitora os andamentos processuais e do sistema CIF e que vai para as atividades de visitas técnicas, bem como para as atividades participativas da ATI para realizar a relatoria enquanto as equipes de Mobilização conduzem os espaços. Importante destacar que a Aedas não pode realizar aumento de equipe e de orçamento de forma deliberada, pois o que foi estabelecido e aprovado em Plano de Trabalho, só pode ser modificado com autorização das Instituições de Justiça e Juiz do Caso. No entanto, a Aedas pode ser acionada para acompanhar demandas que as comunidades considerem importantes.

Por causa dessas questões que envolvem o tamanho do território comparado ao tamanho da equipe que temos, é que trabalhamos com a coletivização das demandas. Não só porque a coletivização traz mais força para as demandas, mas também porque com o tamanho da equipe que temos e o tempo que as pessoas esperam que atuemos, não conseguimos lidar com demandas individuais, com exceção das demandas de situações de extrema vulnerabilidade. Dessa forma, quando uma demanda é apresentada para nós tentamos entender se ela também está presente em outros territórios, para que façamos um só trabalho de levantamento de informações e fundamentação técnica, por mais que os encaminhamentos possam ser ao final endereçados por município ou ainda território.

Reunião de Controle Social em Itueta. Foto: Luciano Alvim.

# NO MÉDIO RIO DOCE, A AEDAS JUNTO ÀS PESSOAS ATINGIDAS PELO ROMPIMENTO DE FUNDÃO!

## Nossos objetivos:

- ✓ Promover a participação informada à população atingida no processo de reparação;
- ✓ Informar, inclusive tecnicamente, sobre todos os programas, projetos e ações de reparação de danos, bem como movimentações judiciais e extrajudiciais do processo reparatório;
- ✓ Organizar, fundamentar e encaminhar demandas em geral da população atingida aos órgãos públicos, às Instituições de Justiça e à Fundação Renova;
- ✓ Organizar dados, estudos, laudos, pareceres, relatórios, notas técnicas e quaisquer outras informações pertinentes ao processo reparatório em linguagem acessível;
- ✓ Apoiar a participação dos povos indígenas e comunidades tradicionais no processo reparatório;
- ✓ Apoiar tecnicamente o processo de auto-organização da população atingida na relação com a sua comunidade, com atores envolvidos nos diversos espaços e pautas do processo de reparação integral.

## EXPEDIENTE

### Grupo de Trabalho Institucional Aedas

Cauê Melo Vallim  
Carlos Henrique Prado  
Heiza Maria Dias  
Luis Henrique Shikasho  
Marjana Lourenço

### Programa Médio Rio Doce

**Direção Coletiva**  
Danielle Passos Jorge  
Henrique Lacerda  
Mayara Machado  
Rayssa Neves

### Coordenação Geral de Comunicação

Glenda Uchôa

### Equipe de Comunicação

Glenda Uchôa, Luciano Alvim,  
Matheus Santos e Thiago Matos

### Diagramação

Matheus Santos

### Textos

Glenda Uchôa e Thiago Matos

### Fotos

Luciano Alvim e Thiago Matos

### Revisão

Clarissa Machado, Fernanda Alves,  
Glenda Uchôa, Rayssa Neves e  
Thiago Matos

### Apoio e Contribuições

### Equipe de Organização Institucional

Clarissa Machado, Fernanda Alves,  
Fernanda Granda, Celi Márcio Santos e  
Luiz Gonçalves

### Equipe de Gestão da Informação

Bruna Sarto, Joana Penedo, Osman  
Santos e Zaskya Parada

### Equipe Administrativo/ Financeiro

Luzineth Alves, Rayanne Cabral,  
Rogivaldo Cabral, Alberta Deodato,  
Cristiane Bessa, Leomar Cabral,  
Lorena Marcelino e Rafael Azevedo

### Equipe de Logística

Diego Maia, Luane Xavier, Odircimeri  
Ribeiro, Sirlene Santos, Andreia  
Dias, Jhonatan Santos, Rinaldo Cruz,  
Ruth dos Santos, Simone Norberto e  
Valber de Souza.